

Por que o Brasil cresce pouco?

Samuel Pessoa baseado no livro
de Marcos Mendes

INSPER e iFHC
3 de abril de 2018

ELSEVIER



Prefácio de Marcos Lisboa
Vice-Presidente do Insper (Instituto de Ensino e Pesquisa)

Apresentação de Samuel Pessoa
Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia
da Fundação Getúlio Vargas

MARCOS MENDES

POR QUE O BRASIL

CRESCE POUCO?

Desigualdade, democracia e
baixo crescimento no país do futuro

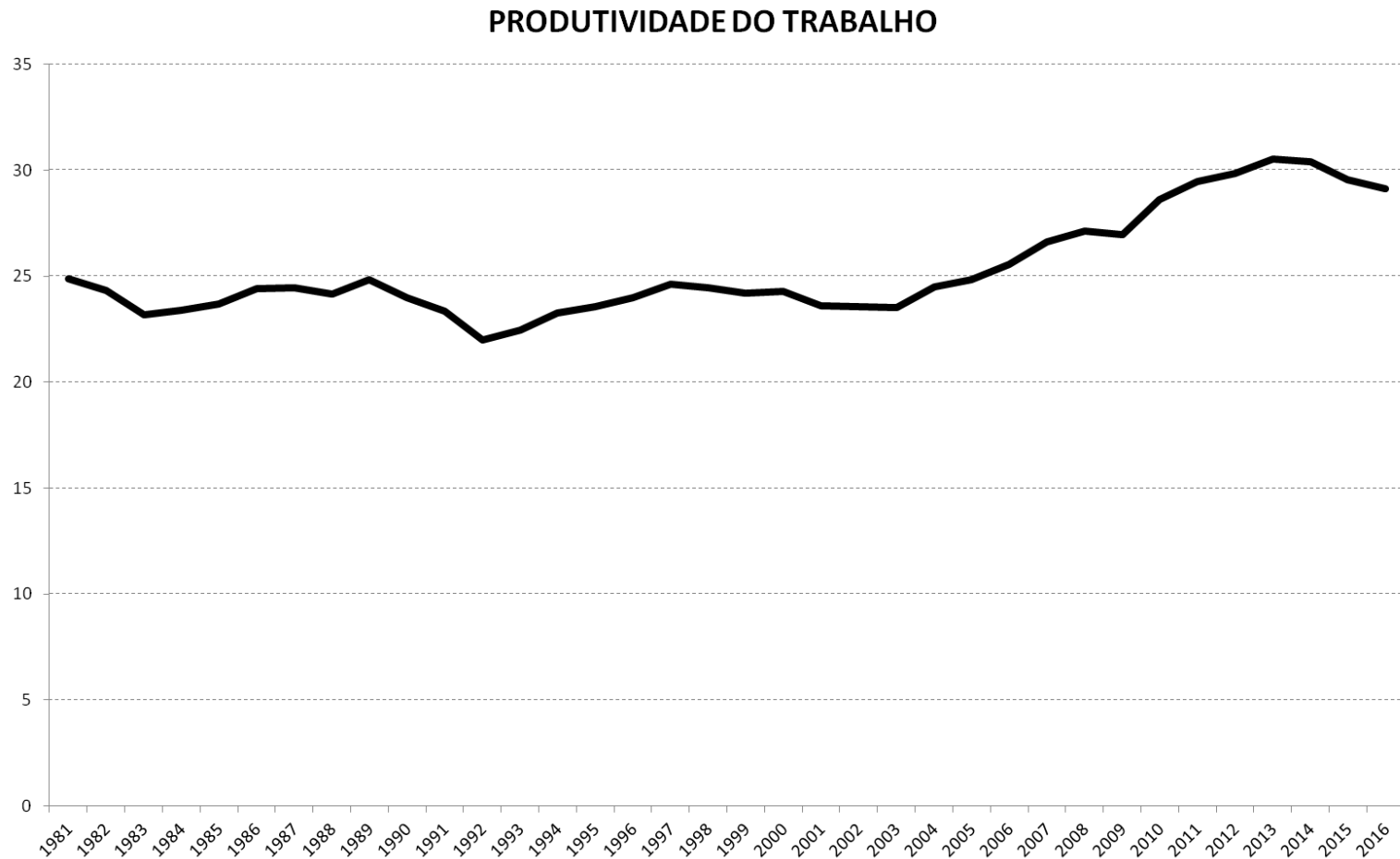
CAMPUS



DECOMPOSIÇÃO DE CRESCIMENTO

	PIB	PROD. DO TRABALHO	JORNADA	TAXA DE EMPREGO	PEA % PIA	PIA % POP	POP
1982-2016	2,4	0,5	-0,4	-0,2	0,7	0,5	1,4
1982-1993	2,2	-0,7	-0,7	-0,3	1,6	0,4	2,0
1993-2002	2,7	0,5	-0,2	-0,2	0,5	0,6	1,5
2002-2010	4,0	2,4	-0,4	0,1	0,3	0,4	1,1
2010-2014	2,3	1,5	-0,4	0,7	-0,8	0,5	0,8
2014-2016	-3,8	-2,2	-0,2	-3,0	0,4	0,5	0,7

EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO (PRODUTO POR HORA TRABALHADA EM R\$ DE 2014)

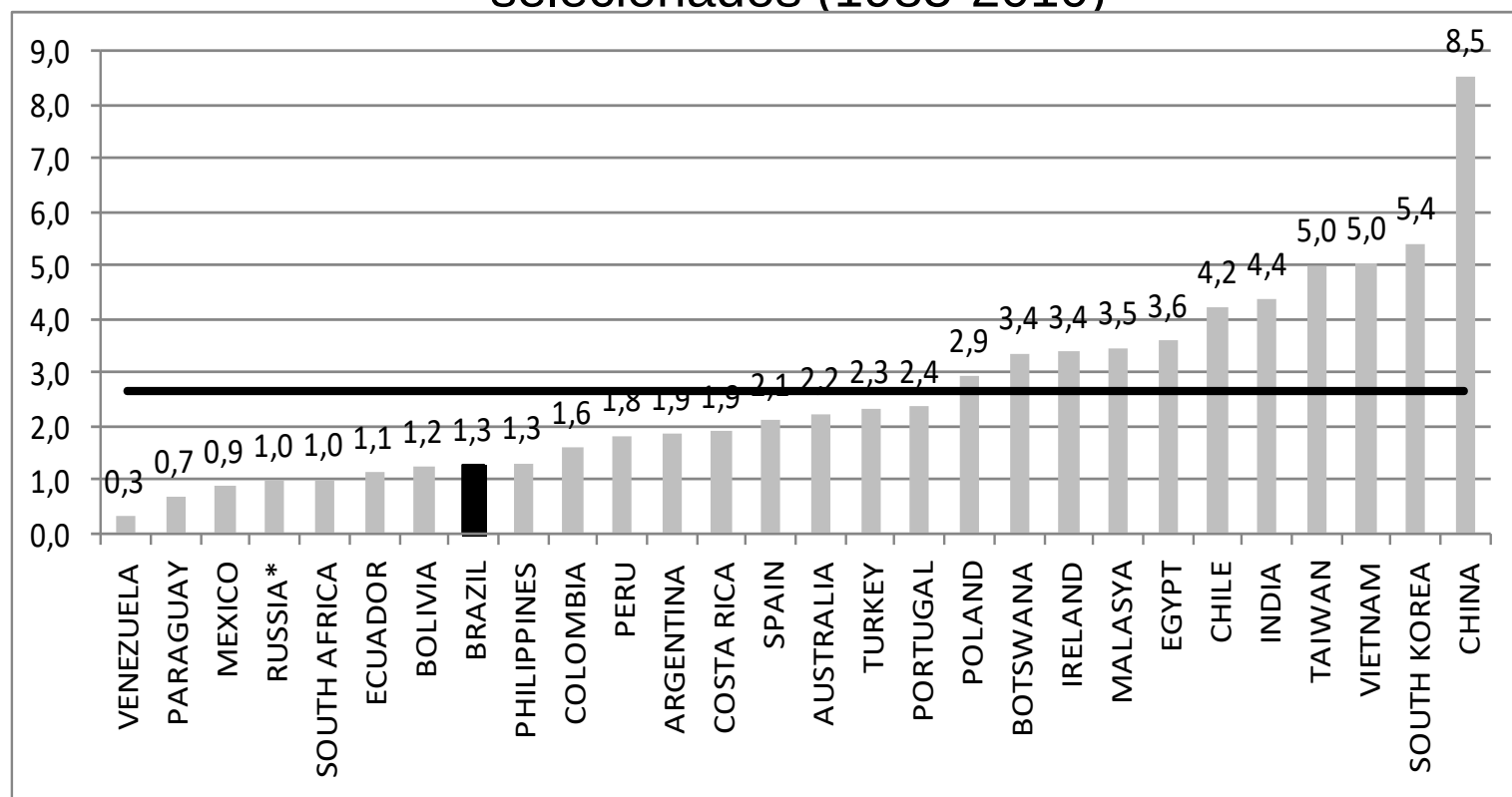


Causas **imediatas** do baixo crescimento

- 1) alto e sempre crescente gasto público
- 2) elevada carga tributária
- 3) baixa poupança agregada
- 4) legislação trabalhista complexa e de alto custo
- 5) regulação econômica deficiente: agências reguladoras frágeis
- 6) infraestrutura ruim
- 7) economia fechada ao comércio internacional
- 8) Judiciário caro, lento e imprevisível
- 9) baixo nível educacional
- 10) empresas muito pequenas, informais e ineficientes

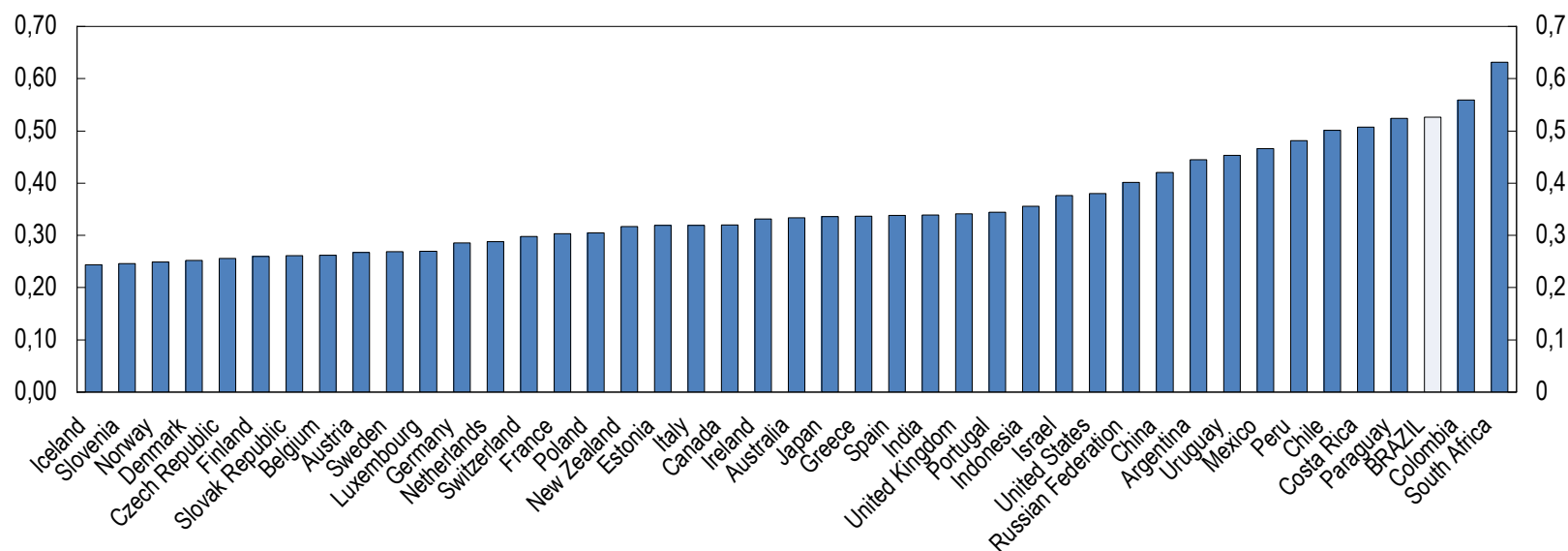
Desde a redemocratização, em 1985, o Brasil cresce muito abaixo da média internacional

PIB per capita: taxa média anual de crescimento para países selecionados (1985-2010)

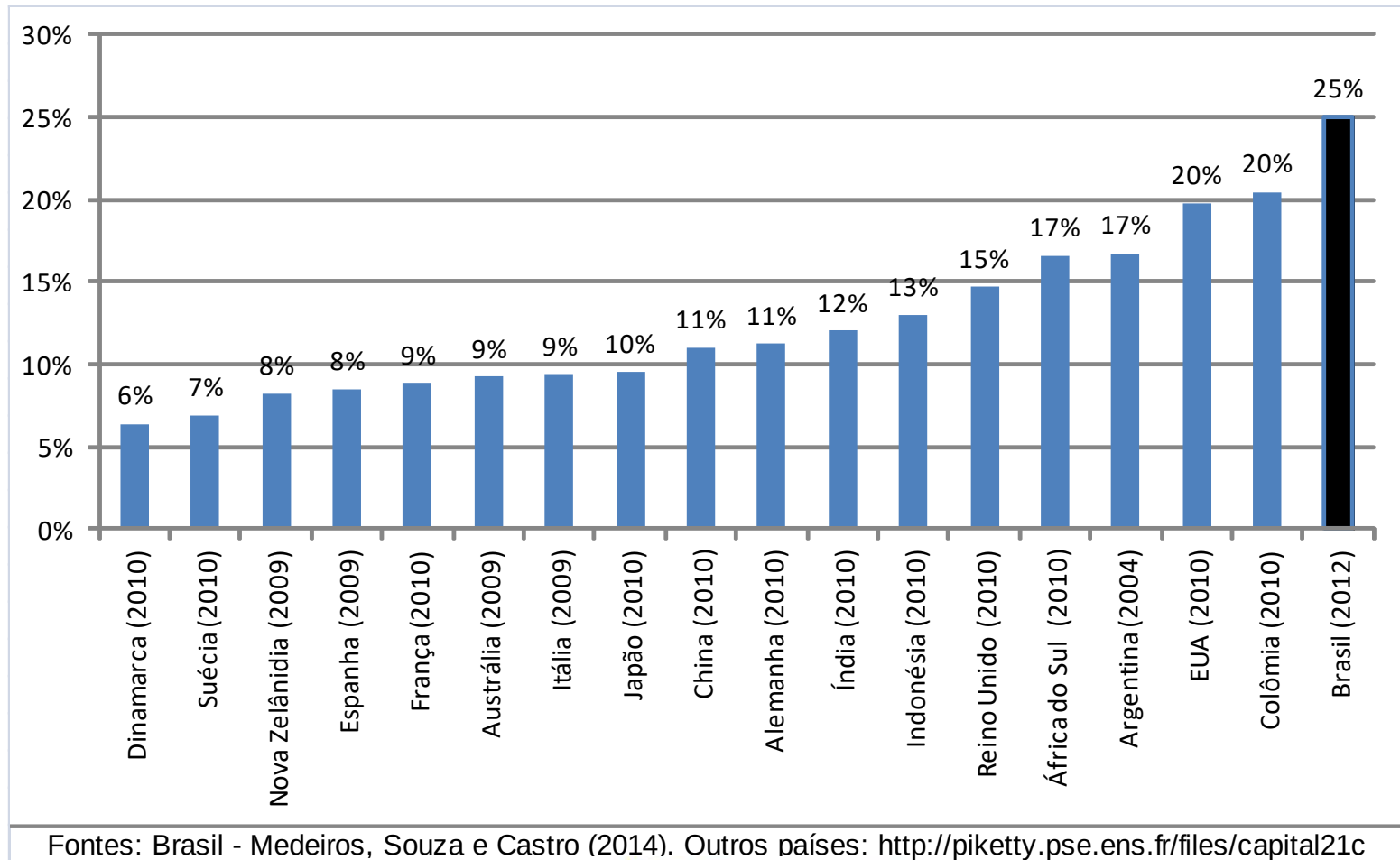


O Brasil é e sempre foi muito desigual

Gini Coefficient of Income Inequality: international comparison



Participação dos 1% mais ricos na renda total



ARGUMENTO

- A história nos legou enorme desigualdade
- A redemocratização, ao criar uma sociedade aberta, gerou pressão fortíssima por aumento do gasto público
- Duas dinâmicas de escolha social:
 - Eleitor mediano
 - Grupo de pressão (Mancur Olson): difícil saber por que nosso sistema político é tão pouco imune à lógica da ação coletiva

ARGUMENTO

TABELA: Evolução da despesa primária exclusive transferências para Estados e municípios (pontos percentuais do PIB)

	Pessoal	INSS	Custeio administrat ivos	Subsídios	LOAS/BPC	Seguro- Desemprego e Abono Salarial	Bolsa Escola, Vale Gas, Bolsa Família.	Custeio Saúde e Educação	Investimento	Total gasto social e INSS	TOTAL
1991	3,8	3,4	0,7	0,3	0,0	0,5	0,0	1,5	0,7	5,5	11,0
1994	5,1	4,9	0,6	0,3	0,0	0,5	0,0	1,9	0,5	7,4	13,9
1998	4,6	5,5	1,0	0,3	0,1	0,5	0,0	2,2	0,8	8,3	15,0
2002	4,8	6,0	1,1	0,2	0,2	0,5	0,2	1,8	1,0	8,7	15,7
2006	4,5	7,0	1,1	0,4	0,4	0,7	0,5	1,7	0,7	10,2	17,0
2010	4,4	6,8	1,1	0,3	0,5	0,8	0,5	2,0	1,1	10,6	17,4
2014	4,3	7,7	1,3	1,0	0,8	1,0	0,6	2,2	1,2	12,3	20,1
Variação	0,48	4,28	0,58	0,74	0,75	0,54	0,59	0,67	0,46	6,82	9,08
Por ano	0,02	0,19	0,03	0,03	0,03	0,02	0,03	0,03	0,02	0,30	0,39

FONTE: Tesouro Nacional. Elaboração de Mansueto Almeida jr. A abertura entre custeio administrativo e subsídios para os anos de 1991 e 1994 não foi diretamente observada. Imputamos 0,3% do PIB para subsídios em função do comportamento médio desta rubrica para os anos de 1997 até 2010, quando apresentou grande estabilidade.

Fonte: Ajuste inevitável, de Marcos Lisboa, Mansueto Almeida e Samuel Pessoa
https://mansueto.files.wordpress.com/2015/07/o-ajuste-inevitc3a1vel-vf_2.pdf

ARGUMENTO

Tabela 1 – Política de reajustes do salário mínimo – 1995-2017

Período	Reajuste SM	INPC	Ganho Real
1995-98	85,71%	55,18%	19,68%
1999-02	53,85%	27,61%	20,56%
2003-06	75%	39,64%	25,32%
2007-10	45,71%	18,81%	22,65%
2011-14	41,96%	26,61%	12,13%
2015	8,84%	11,28%	-2,19%
2016	11,68%	6,58%	4,79%
2017	6,48%	2,07%	4,32%
2011-17	83,73%	53,27%	19,88%
2003-17	368,50%	153,45%	84,85%
1995-17	1238,58%	401,87%	166,72%

Fonte: IBGE.

Fonte: Manoel Pires, post no blog do Ibre, <http://blogdoibre.fgv.br/posts/o-ajuste-possivel-3-o-debate-sobre-o-salario-minimo>

ARGUMENTO

- Muitas vezes por intermédio do judiciário e do legislativo nos transformamos em uma sociedade caçadora de renda
 - Gasto público com judiciário como % do PIB é no Brasil um múltiplo do que em outras sociedades
 - Exemplo: bolsa ditadura e política de criação de municípios nos anos 90
 - Há inúmeras formas de ganhar a vida sem produzir produto social
 - A redemocratização nos distanciou do ideal de Douglas North: alinhamento entre os retornos sociais e os retornos privados que resultam das ações dos indivíduos

ARGUMENTO

- Comportamento defensivos de todos:
 - Economia muito fechada
 - Indústrias infantis há sessenta anos
 - Enorme complexidade na estrutura de impostos indiretos – ICMS, PIS-Cofins, IPI – com inúmeros regimes especiais
 - Forte comportamento defensivo de toda a categoria dos servidores públicos: estabilidade, excesso de greves, etc.
 - Etc.

A desigualdade e suas consequências sobre a economia e a sociedade

- Desigualdade cria sistema político, judiciário e regulatório a favor dos ricos (Glaeser et al – 2003; Engerman e Sokoloff – 2002, Acemoglu e Robinson - 2011)
- Na presença de desigualdade os direitos de propriedade são mal regulados, com viés a favor dos ricos (Gradstein – 2007, Sonin - 2003)
- Aumentos da desigualdade elevam os crimes violentos (Fajnzylber, P. et al - 2002)
- Polarização de interesses abre espaço para: populismo; movimentos revolucionários de esquerda; golpes contra-revolucionários – ou seja, instabilidade política e social, baixa coesão social e risco para os investidores. (Thorbercke, E., Charumilind, C. – 2000)
- Os pobres são um contingente numeroso de eleitores e não podem ser deixados de lado – Mediano < Médio (Alesina e Rodrik - 1994; Person e Tabellini – 1994);
- Baixa coesão social leva a baixo grau de confiança no próximo, prevalência do “esperto”, percepção de que as regras não são iguais para todos: baixo capital social e alta burocracia levam a baixa produtividade e perda de oportunidade de negócios (Stiglitz, 2013)

Apesar de nossa alta desigualdade, o Brasil tem conseguido manter uma democracia com razoável estabilidade ao longo de quase trinta anos.

O custo disso é que geramos uma economia disfuncional e com baixa capacidade de crescimento

Causa **profunda** do baixo crescimento

Democracia = governo suscetível a pressões políticas

Desigualdade = sociedade formada por grupos muito diferentes entre si, com diferentes dotações de capital humano, renda e riqueza, e que demandam do governo políticas muito diferentes

Para evitar uma crise política e preservar a democracia nascente, o governo lança mão de diversas políticas de **gasto público** e **regulação econômica** que distribuem renda e patrimônio em favor dos diferentes grupos. Criou-se o **MODELO DE REDISTRIBUIÇÃO PARA TODOS:**

- a) Os ricos
- b) Os pobres
- c) Classe média

Redistribuição para todos: atendendo aos ricos

- Política de campeões nacionais (presente) e “hospital de empresas” (passado);
- Acesso de grupos politicamente conectados aos recursos dos fundos de pensão das estatais e aos contratos das estatais;
- Proteção à competição internacional seletiva a setores com conexões e poder de *lobby* (substituição de importações desde os anos 40);
- Sucessivos perdões a dívidas agrícolas de grandes produtores;
- Fundos de desenvolvimento regional capturados por grandes empresas e elites locais;
- Captura dos recursos de *royalties* de petróleo pelas elites municipais.

Tabela 3.6 - Desembolsos do Sistema BNDES por porte de empresa (2012)

	R\$ bilhões	% do PIB	Particip. %
Micro	23,9	0,5%	15%
Pequena	12,5	0,3%	8%
Média	13,7	0,3%	9%
Média-Grande	8,2	0,2%	5%
Grande	97,7	2,2%	63%
TOTAL	156,0	3,5%	100%

Fonte: BNDES. Elaborado pelo autor.

Tabela 3.5 - Taxas médias de juros para operações de crédito nos mercados direcionado e livre – média de março 2011 a setembro 2013 (% ao ano)

DIRECIONADO	% ao ano
Total	8,54
Pessoas jurídicas	8,98
Pessoas jurídicas - Crédito rural total	8,68
Pessoas jurídicas - Capital de giro com recursos do BNDES	9,82
Pessoas jurídicas - Financiamento de investimentos com recursos do BNDES	8,82
Pessoas físicas - Financiamento imobiliário	15,16
LIVRE	% ao ano
Total	29,54
Pessoas jurídicas - Total	21,89
Pessoas jurídicas - Desconto de duplicatas	31,13
Pessoas jurídicas - Capital de giro total	19,04
Pessoas físicas - Total	38,07
Pessoas físicas - Crédito pessoal não consignado	73,45

Fonte: Banco Central do Brasil – Sistema de Séries Temporais.
Elaborado pelo autor.

Redistribuição para todos: atendendo aos pobres

- Necessidade de votos para sobreviver em uma democracia leva os políticos a expandir as políticas sociais;
- **Antes** da redemocratização: estatísticas sociais “africanas”
- **Depois** da redemocratização: grande força do eleitor mediano
- Face mais visível da expansão do gasto público corrente: elevação do salário-mínimo real, benefícios de prestação continuada (BCP), aposentadorias rurais, Bolsa Família, Abono Salarial, maiores gastos em educação e saúde, etc.

Despesa com programas de transferência monetária para os pobres: 2002 vs. 2012

	% do PIB		Variação Real 2002-2012 (%)	
	2002	2012	Total	Per Capita
Bolsa Família (A) ⁽¹⁾	0,11	0,48	606	535
Benefícios aos idosos e aos deficientes de baixa renda (LOAS) ⁽²⁾	0,23	0,66	382	334
Benefícios previdenciários urbanos = 1 SM ⁽³⁾	0,80	1,26	165	138
Benefícios previdenciários rurais = 1 SM ⁽³⁾	1,12	1,53	130	107
Sub-total de despesas com impacto redistributivo (A)	2,27	3,93	179	151
Abono e Seguro Desemprego (B)	0,49	0,88	206	175
Total das despesas com impacto redistributivo e vinculadas ao SM (C) = (A)+(B)	2,75	4,81	183	155
Total da despesa primária (D)	15,72	18,28	96	77
(A) / (D)	14,4%	21,5%		
(C) / (D)	17,5%	26,3%		

Fontes: Secretaria do Tesouro Nacional – Resultado primário do Governo Central, e Ministério do Desenvolvimento Social.

(1) Valor de 2002 corresponde ao somatório dos programas assistenciais incorporados pelo Bolsa Família em 2004.

(2) Valor de 2002 informado pelo MDS (<http://www.mds.gov.br/relocrys/bpc/indice.htm>)

(3) Calculado aplicando-se a participação percentual dos benefícios urbanos e rurais na despesa total de 2011 à despesa total de 2012.

Deflator: IPCA

Tabela 4.2 - Gasto público em educação básica: 2001 vs. 2011 (% do PIB)

	% do PIB		Variação Real 2001-2011(%)	
	2001	2011	Total	Per Capita
Educação básica (educ. infantil ao ensino médio) (A)	3,30	4,39	125	102
Carga Tributária (B)	31,87	33,51	78	60
(A)/(B)	10,4%	13,1%		

Fontes: INEP-MEC e Receita Federal do Brasil.

Deflator: IPCA.

Elaborado pelo autor.

Tabela 4.5 - Despesa da União com a função saúde: 2002 vs. 2011 (% do PIB)

	2002	2011	% da desp. primária em 2011
Atenção básica e prevenção ¹ (A)	0,35	0,43	2,5%
Assist. Hospitalar e Ambulatorial (B)	0,96	0,88	5,0%
Outras (C)	0,41	0,43	2,5%
Total (D) = (A)+(B)+(C)	1,72	1,74	10,0%
Total da despesa primária (E)	15,72	17,48	
(D)/(E)	10,9%	10,0%	

Fonte: SIAFI – Sistema Siga Brasil.

(1) Inclui: atenção básica a saúde, saneamento básico rural e urbano, vigilância epidemiológica e vigilância sanitária.

Elaborado pelo autor.

Redistribuição para todos: atendendo à classe média

- Sistema previdenciário regressivo, caro e insustentável (consumindo 11% do PIB)
- Remuneração e aposentadoria privilegiadas para os servidores públicos
- Ensino superior gratuito para os estudantes das classes média e alta
- Estatuto do Idoso
- Sindicato de trabalhadores formais bloqueando reforma da previdência e das leis do trabalho

Tabela 5.2 - Gasto público em educação por aluno em relação ao PIB *per capita*, por nível de ensino – vários países (2008)

	Fundamental	Médio	Superior	Superior/Fundamental	Superior/Médio
	(A)	(B)	(C)	(D)=(C)/(A)	(E)=(C)/(B)
Índia	8,9	16,2	55,0	6,2	3,4
Brasil	18,0	13,4	93,2	5,2	7,0
México	13,4	13,8	35,4	2,6	2,6
Uruguai	8,5	10,4	18,1	2,1	1,7
França	17,1	26,6	33,5	2,0	1,3
Irlanda	15,0	22,8	26,4	1,8	1,2
Reino Unido	22,1	27,3	29,2	1,3	1,1
Portugal	22,4	34,0	28,8	1,3	0,8
Espanha	19,4	24,0	23,5	1,2	1,0
Estados Unidos	22,2	24,6	25,4	1,1	1,0
Argentina	13,2	20,3	14,2	1,1	0,7
Chile	11,1	12,4	11,5	1,0	0,9
Japão	21,9	22,4	19,1	0,9	0,9
Coréia do Sul	17,2	22,2	9,5	0,6	0,4

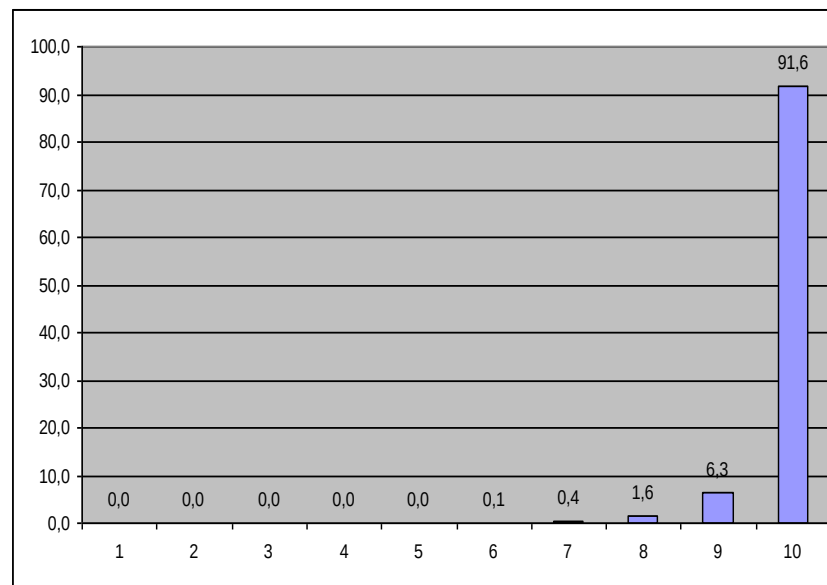
Fonte: Veloso (2011).

Tabela 5.5 - Total de greves e horas paradas nas esferas pública e privada (2012)

	Greves		Horas Paradas		Média de Horas Paradas (C) = (B)/(A)
	Número (A)	%	Número (B)	%	
Funcionalismo público	380	43,7	65.393	74	172
Empresas estatais	28	3,2	1.434	2	51
Setor privado	461	53,0	21.223	24	46
TOTAL	869	100,0	88.050	100	101

Fonte: DIEESE (2012). Elaborado pelo autor.

Gráfico 5.2 - Incidência do Imposto de Renda Pessoa Física por Percentil de Renda (2009)



Fonte: Siqueira, Nogueira e Souza (2012).

Tabela 5.7 - Projetos apresentados no Congresso Nacional entre Janeiro de 2011 e Novembro de 2013 com objetivo de conceder benefícios fiscais, no âmbito do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF)

	Quantidade	% do Total
TOTAL	215	100%
Origem Executivo	4	2%
Origem Legislativo	211	98%
Grupos beneficiados		
Pacientes	51	24%
Domésticos	22	10%
Idosos	19	9%

Fonte: Senado e Câmara dos Deputados. Elaborado pelo autor.

Saiba se você tem direito ao desconto de IPI e ICMS para veículos NOVOS e isenção de IPVA

- Artrite reumatóide
- Artrose
- AVC (derrame)
- Câncer
- Esclerose Múltipla
- Mastectomia
- Quadrantectomia
- Doenças neurológicas
- Paraplegia
- Tetraplegia
- Amputações
- Nanismo
- LER
- Próteses internas/externas
- Talidomida
- Paralisia
- Poliomielite
- Renal crônica (fístula)
- Parkinson
- Linfomas
- Neuropatias diabéticas
- Escoliose acentuada
- Encurtamento de membros e má formação
- Falta de força
- Formigamento
- Falta de sensibilidade
- Síndrome do Túnel do Carpo
- Coluna (patologias)
- Tendinite crônica
- Cardiopatia
- Deficiência visual
- Deficiência mental severa
- Deficiência mental profunda
- Autismo
- Manguito Rotator
- Artrose
- Doenças degenerativas

Potencialização da disputa redistributiva e do rent-seeking

- Com a entrada no jogo dos grupos de renda baixa e intermediária após à redemocratização, multiplicam-se as demandas por privilégios; os interesses cruzados e conflitantes; o impacto sobre as finanças públicas (Lisboa e Latif, 2013).
- Os ricos, antes em posição privilegiada, passam a ter que pagar parte da conta por meio de tributação alta, crescente e distorciva.
 - Saída: regimes tributários especiais
- Os mecanismos redistributivos se multiplicam de tal forma, que fica difícil saber quem é ganhador ou perdedor líquido.
- Difícil obter consenso para reformas (Fernandez e Rodrik, 1991; Rajan, 2006) – só crises agudas induzem reformas.

Rent-Seeking e perda de produtividade:

- Financiamento para investimentos nas mãos dos mais influentes e não dos mais produtivos;
- Perde-se tempo disputando riqueza já existente e com atividades defensivas (o suborno, a barganha política, segurança privada, etc.), o que poderia ser alternativamente investidos em bens e serviços mais produtivos;
- O governo é usado como um instrumento para transferir/proteger rendas, em vez de ser um provedor de serviços públicos.

ARGUMENTO

- A ideologia atua como elemento complicador do processo
 - Sonho dos economista heterodoxos brasileiros com o moto perpétuo:
 - Ideologia que esconde e minimiza o conflito distributivo no interior do orçamento
 - Interpretação esdrúxula do processo de desenvolvimento dos tigres asiáticos sustenta intervencionismo desastrado por cá
 - Cooptação da política econômica pelos grupos de pressão: agenda Fiesp

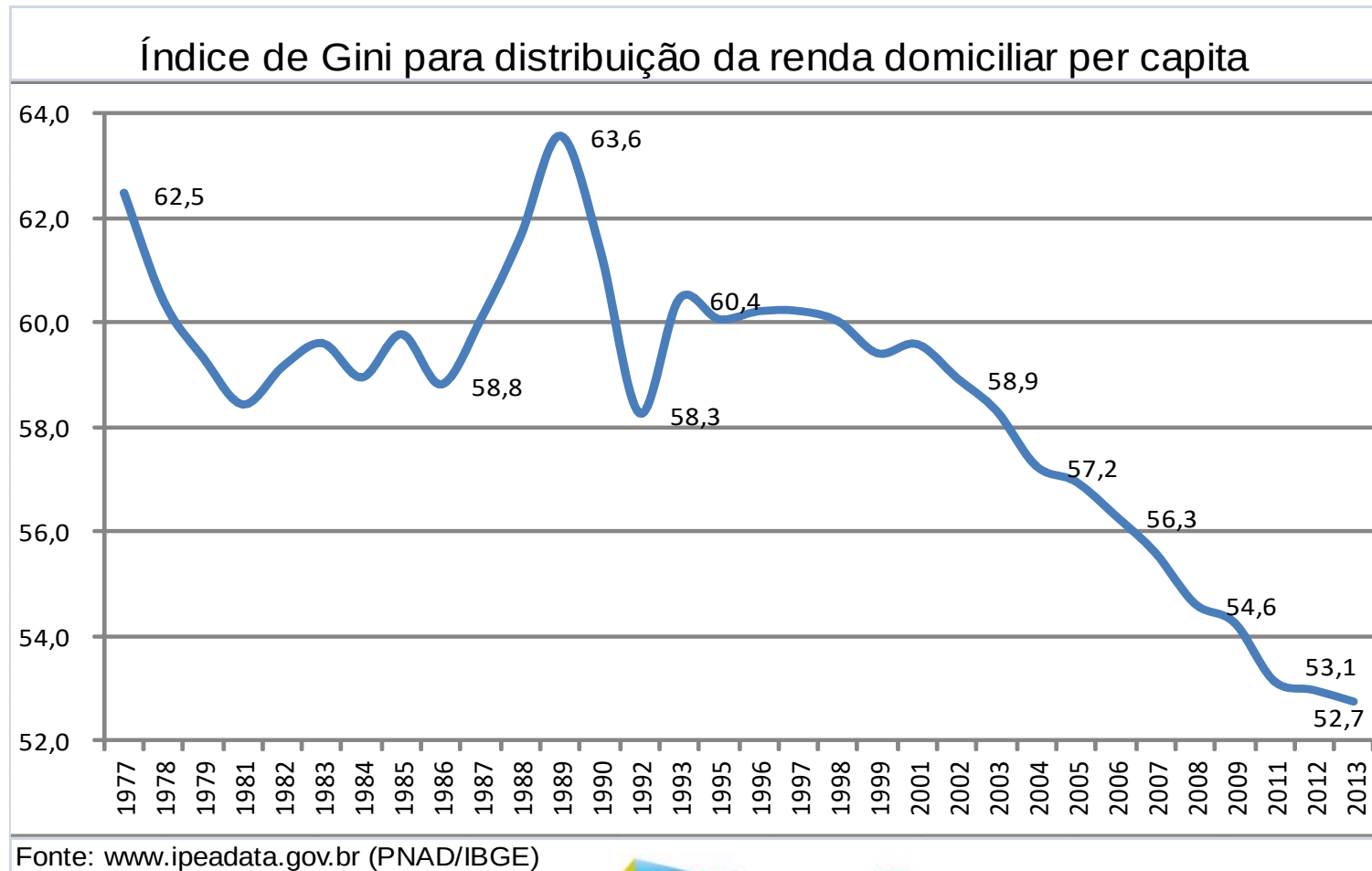
ARGUMENTO

- Leitura otimista:
 - Houve nesse período de baixíssimo crescimento forte evolução de nossas instituições
 - Leitura de Carlos Pereira, Marcus Melo, Bernard Muller e Lee Alston e também de Mailson da Nóbrega
 - Conseguimos construir uma arcabouço institucional de país rico (de uma sociedade de livre acesso):
 - Democracia
 - Mecanismos de controle independentes (MP, Judiciário, etc.)
 - Imprensa independente
 - Leve queda da desigualdade sugere que a agenda do eleitor mediano pode mudar
 - O desastre da crise recente foi um cisne negro
 - Aos trancos e barrancos o aprendizado ocorre e avançamos
 - O impedimento da presidente Dilma faz parte desse aprendizado e foi positivo

Um ciclo virtuoso em direção ao consenso da classe média?

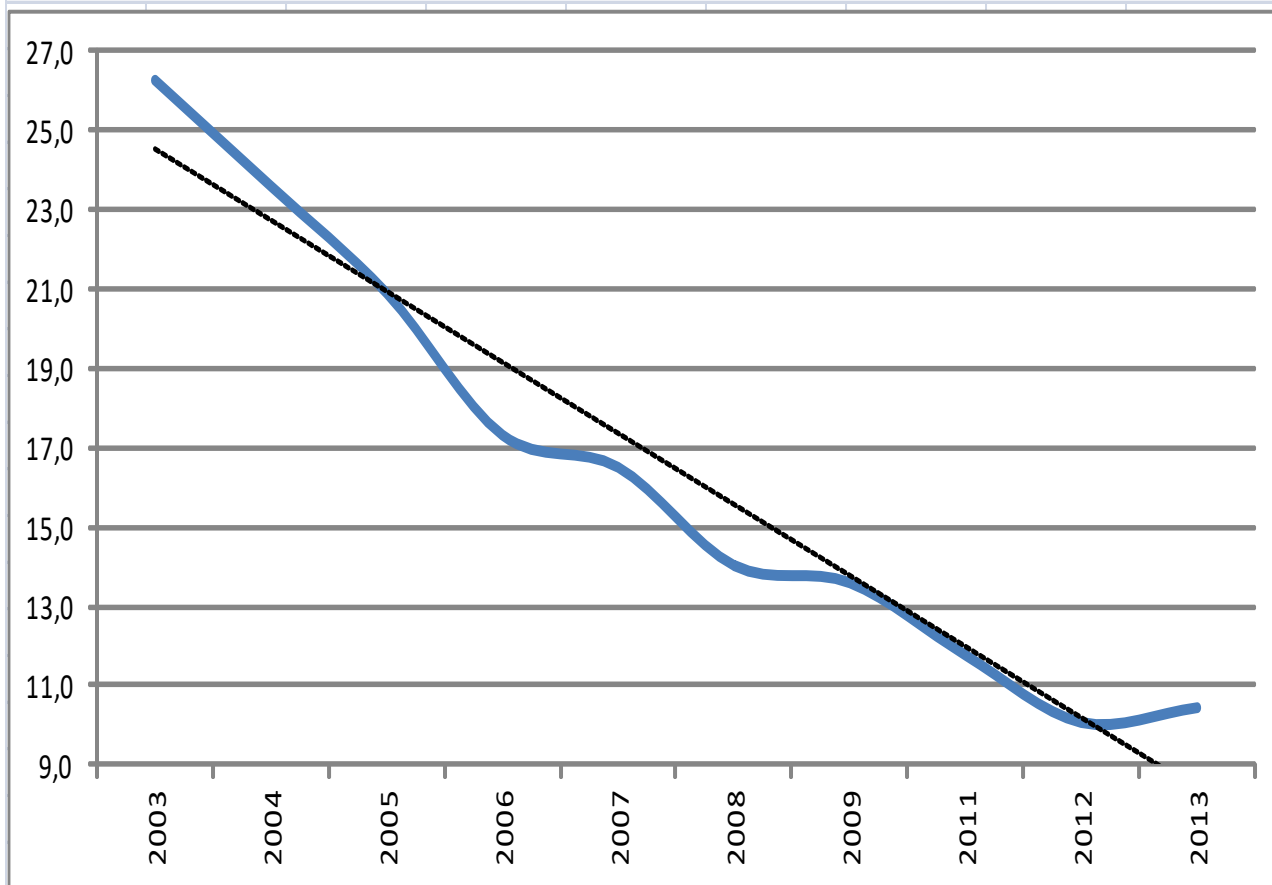
- Queda da desigualdade reduz heterogeneidade dos grupos sociais: menor conflito e maior espaço para reformas no futuro. (Banerjee e Duflo – 2003; Easterly – 2001)
- Educação (Saint Paul e Verdier – 1993)
- Redução da restrição ao crédito (Banerjee e Newman - 1993, Galor e Zeira - 1993, Ghatak e Jiang -2002)
- Aumento do horizonte de planejamento e das aspirações dos pobres (Banerjee e Duflo – 2011; Ray 2006)

Boa notícia: a desigualdade caiu



A pobreza extrema também

Número de Indivíduos Extremamente Pobres - Linha da Pobreza Baseada em Necessidades Calóricas



Fonte: www.ipeadata.gov.br

ARGUMENTO

- Leitura pessimista:
 - O agravamento da crise e a fortíssima reação corporativa gera por todos os lados ações defensivas
 - As corporações de servidores bloquearam as contrapartidas na negociação das dívidas dos Estados com a União em julho de 2016
 - A crise nos Estados e o gravíssimo problema dos direitos concedidos acima das possibilidades do país e a desorganização dos serviços públicos apontam no agravamento da crise
 - O salve-se quem puder nos coloca em uma direção de polarização e violência e cada vez menos capacidade do setor público se organizar e centralizar as ações
 - Tudo isso em meio à piora da polícia e ao agravamento das ações do crime organizado
 - Cenário de desorganização

Um ciclo vicioso?

- Desigualdade estabilizando-se em nível elevado (Souza e Medeiros, 2013);
- Indicador de pobreza extrema parou de cair (IPEA, 2014)
- Ex-pobres vulneráveis tendem a voltar para a pobreza em caso de deterioração macroeconômica (Ferreira et al, 2013);
- Próximos indicadores oficiais já devem mostrar reversão da tendência com mais clareza;
- Intensificação do conflito em ambiente de crise: *farinha pouca, meu pirão primeiro.*

Referências citadas

- Acemoglu, Daron, Robinson, James A. (2011) *Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity and Poverty*. Princeton University Press.
- Alesina, Alberto, Rodrik, Dani (1994) Distributive Politics and Economic Growth. *The Quarterly Journal of Economics*, V. 109, Nº 2, 465-490
- Alston, Lee J., Melo, Marcus, Muller, Bernardo, Pereira, Carlos (2012) *Changing Social Contracts: Beliefs and Dissipative Inclusion in Brazil*. NBER – Working Paper 18588.
- Banerjee, Abhijit, Duflo, Esther (2003) Inequality and Growth: What Can the Data Say? *Journal of Economic Growth*, 8, 267-299.
- Banerjee, Abhijit, Newman, Andrew (1993) Occupational Choice and the Process of Development. *Journal of Political Economy*, vol. 101, nº 2, April, p. 274-298.
- Bustamante, Luiz A. (2015) O Plano de Produção da Petrobras é exequível? www.brasil-economia-governo.org.br
- Chong, Alberto, Gradstein, Mark (2007) Inequality and Institutions. *The Review of Economics and Statistics*, 89(3), Aug., 454-465.
- Easterly, William (2001) The Middle Class Consensus and Economic Development. *Journal of Economic Growth*, (6), 4, Dec., 317-335.
- Engerman, Stanley, Sokoloff, Kenneth (2002) Factor Endowments, Inequality, and Paths of Development Among New World Economies, NBER Working Paper 9259.
- Fajnzylber, P. et al. (2002) What Causes Violent Crime?. *European Economic Review*, 46, p. 1323-57.
- Fernandez, Raquel, Rodrik, Dani (1991) Resistance to Reform: Status Quo Bias in the Presence of Individual-Specific Uncertainty. *The American Economic Review*, v. 81, n. 5, p. 1146-1155.
- Ferreira, Francisco H.G. et al (2013) Economic Mobility and the Rise of the Latin American Middle Class. World Bank.
- Galor, Oded, Zeira, Joseph (1993) Income Distribution and Macroeconomics. *The Review of Economic Studies*, 60, 35-52.
- Ghatak, Maitreesh, Jiang, Neville (2002) A Simple Model of Inequality, Occupational Choice, and Development. *Journal of Development Economics*, 69, p. 205-226.
- Glaeser, Edward, Scheinkman, J., Shleifer, Andrei (2003) The Injustice of Inequality. *Journal of Monetary Economics*, 50, 199-222.
- Gradstein, Mark (2007) Inequality, Democracy and the Protection of Property Rights. *The Economic Journal*, 117, Jan., 252-269.
- Lazzarini, Sérgio G. (2011) *Capitalismo de laços*. Ed.Campus.
- Lisboa, Marcos de B., Latif, Zeina (2013) *Democracy and Growth in Brazil*. Mimeo. Insper-SP.
- Medeiros, M. et al (2014) O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares, 2006-2012. Ipea. Mimeo.
- Mendes, Marcos (2014) Quanto custam para o Tesouro os empréstimos concedidos ao BNDES? www.brasil-economia-governo.org.br
- Naritomi, Joana, Soares, Rodrigo R., Assunção, Juliano J. (2012) Institutional Development and Colonial Heritage within Brazil. *The Journal of Economic History*, v. 72, n. 2, p. 393-422.
- Persson, Torsten, Tabellini, Guido (1994) Is inequality Harmful for Growth? *The American Economic Review*, Vol. 84, Nº 3, 600-621.
- Pessôa, Samuel de A. (2011) O Contrato Social da Redemocratização. In: Bacha, E., Schwartzman, S. (Orgs.) (2011) *Brasil: a nova agenda social*. Ed. Gen/LTC, p. 204-211.
- Pinto, Vilma, Afonso, José R. (2014) Composição da Desoneração Completa da Folha de Salários. FGV/IBRE.
- Piketty, T. (2014) *Capital in the twenty-first century*. Belknap- Harvard.
- Rajan, Raghuran (2006) *Competitive Rent Preservation, Reform Paralysis, and the Persistence of Underdevelopment*. NBER – Working Paper 12093.
- Robinson, James A. (2008) The Political Economy of Redistributive Policies. Background Paper for the UNDP project on “Markets, the State, and the Dynamics of Inequality: how to advance inclusive growth”. Mimeo.
- Saint-Paul, Gilles, Verdier, Thierry (1993) Education, Democracy and Growth. *Journal of Development Economics*. 42, p. 399-407.
- Sonin, Konstantin (2003) Why the Rich may Favor Poor Protection of Property Rights. *Journal of Comparative Economics*, 31, 715-731.
- Thorbecke, E., Charumilind, C. (2000) Economic Inequality and its Social Impact. *World Development*, v. 30, n. 9, p. 1477-1495.

Muito obrigado

